
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA QUESTÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Cintia Mara Bastiani Rocha

Sistema Federação das Indústrias do Estado Paraná – Sistema Fiep

cintia.rocha@pr.senai.br

RESUMO

A pouca preocupação com o respeito às diferenças e individualidades do ser humano leva à reflexão quanto à necessidade de se pensar em formas de inclusão daqueles que por motivos diversos não se enquadram nos padrões estabelecidos pela sociedade e que por consequência de suas limitações não podem continuar sendo segregados e merecem ter uma perspectiva de futuro e melhores condições de vida. Favorecer o desenvolvimento de um perfil humano condizente com os padrões do paradigma imergente consiste em construir os alicerces para uma educação inteligente e inovadora. Respeitar o indivíduo como “ser humano” significa contribuir para a construção de um mundo mais humano e para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. O objetivo principal deste artigo é proporcionar uma reflexão sobre a responsabilidade social e procurar compreender as implicações e desafios da inclusão e a importância da garantia de igualdade de acesso à educação aos que por sua condição sofrem com a discriminação. O artigo baseia-se em uma revisão teórica desenvolvida numa perspectiva psicossocial utilizando um enfoque teórico e interpretativo, argumentando que a estrutura educacional tende a determinar o modo como os indivíduos devem ser percebidos e respeitados em suas potencialidades.

Palavras-chave: Responsabilidade Social; Educação Especial; Inclusão Social.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos e assegurá-lo é necessariamente, aceitar estes alunos, sem questionar suas possibilidade ou dificuldades, respeitando-os, integrando-os ao cotidiano escolar, visando capacitar e melhorar sua vida.

É através da educação, seja esta formal ou informal que as crianças são inseridas no meio social e conseqüentemente se tornam indivíduos. Neste contexto de mundo em que se vive onde, para se desenvolver, as pessoas interagem umas com as outras, formam grupos que interagem com outras pessoas e outros grupos, que baseados em suas crenças, valores e ideais buscam objetivos individuais e coletivos, não se pode conceber a educação como algo isolado, sem relação com a economia, cultura e a política. Só tratando a educação como

interdependente no desenvolvimento do indivíduo e da sociedade é que se faz possível superar os desafios sociais da inclusão.

“Uma criança não está geneticamente programada para viver em sociedade: não sabe falar, andar, ir ao banheiro ou usar as técnicas para sua subsistência e proteção. É necessário ensinar-lhe como se comportar, como viver em sociedade”. (LEAL, 2011, p.29).

O direito a receber educação é direito de toda criança, adolescente ou adulto, seja ele qual dificuldade tiver. De acordo com a constituição, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Neste contexto, a educação dita inclusiva, parte dessa premissa para que cada um possa procurar a plenitude do seu existir a fim de poder participar ativamente na construção de sua vida pessoal, tendo uma existência feliz e de qualidade.

A Educação Especial está inserida no contexto de todos os níveis de educação e é responsável pelo atendimento educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais que incluem alunos com dificuldades no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, menta ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. (WERNECK, 1999 p. 23).

No cenário educacional deve-se adequar a escola àquela criança, jovem ou adulto, capacitando profissionais e adequando seus espaços às determinadas limitações individuais. A inclusão implica também em uma mudança de paradigmas, de conceitos e costumes, que fogem as regras tradicionais, ainda fortemente calçados na linearidade do pensamento, na concepção de racionalidade do ensino e na transferência dos conteúdos curriculares.

O presente artigo pretende contribuir para o debate e a verificação dos principais fatores que justificam as implicações dos procedimentos de inclusão social no sistema educacional brasileiro. Trata, assim, das questões da responsabilidade social e do fato de que a vida social fundamentalmente implica em que os seres humanos não vivem em isolamento, e sim associados a outros seres humanos.

Este artigo se justifica, porque apesar de muito se falar sobre a inclusão, o que pode se perceber é que, infelizmente, segundo Werneck, (1999), ainda existe uma resistência por parte das escolas, em concretizar essa inclusão, suas desculpas variam entre não ter profissionais especializados, salas adequadas ou acessos dentro das escolas, como por exemplo, para os cadeirantes, entre outras. A inclusão é, portanto um conceito intrigante, que busca retirar as barreiras impostas pela exclusão em seu sentido global.

Entende que para que haja a estruturação de uma sociedade educacional humanizada é preciso disseminar uma nova cultura que desperte nas ações das pessoas os valores éticos que estabelecem as bases necessárias para o progresso e desenvolvimento social que tem por base os conceitos adquiridos na escola.

Atualmente, em todo o mundo, a Educação Especial e mais especificamente, a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais tem despertado interesse de amplos setores da sociedade, uma vez que essa política tem se constituído numa forma eficaz para a inclusão social e conseqüentemente num importante passo para a diminuição das desigualdades.

Considerando que a aprendizagem está diretamente ligada à ideia de sucesso ou não do indivíduo no seu processo de desenvolvimento ao longo da vida, é primordial pensar na estimulação da mobilização de todos na construção da vida social, educando e conscientizando sobre a responsabilidade individual, contribuindo para o desenvolvimento de uma visão crítica que, por sua vez, contribui para a consolidação de uma nova cultura voltada aos interesses e ao desenvolvimento total da sociedade.

Metodologicamente o estudo é uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa, que se caracteriza como descritivo exploratório, e se apoia em base teórica consistente por meio da técnica bibliográfica constituída pela análise de textos publicados, tanto na literatura especializada, como em periódicos (impressos e/ou disponibilizados na Internet).

Para discutir o tema da inclusão, o artigo se divide em partes, onde se pretende refletir sobre a responsabilidade e inclusão social no ensino, revendo brevemente dados históricos da inclusão no ensino brasileiro, conceituando a inclusão de forma genérica, assim como os métodos de trabalho adequados e formação de profissionais especializados para atuar neste contexto.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE RESPONSABILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO

Numa visão expandida, responsabilidade social pode ser entendida como toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Considerando que a escola é parte do princípio do desenvolvimento psico social dos

indivíduos, entende-se que é aí que devem se desenvolver conceitos de cultura, ética, e responsabilidade social.

As práticas de responsabilidade social são vistas como fundamentais no mundo contemporâneo em todas as dimensões sociais, porém, a verdadeira preocupação por responsabilidade social consiste na adequação de produtos, serviços, instalações e operações das organizações aos princípios e valores ético-sociais. A participação da escola na construção do bem comum constitui o núcleo da construção da sua responsabilidade social. Para Ashley (2002, p. 6-7):

O compromisso das instituições, bem como dos educadores com a sociedade, no que tange às atitudes que permeiam a visão dos diferentes e das diferenças no meio social é bem maior e mais abrangente do que em outras instituições sociais, pois opera sobre o cidadão em desenvolvimento.

Entende-se então que é tarefa da pedagogia, através da sua prática e dos seus conceitos, fazer do futuro cidadão uma pessoa articulada adequadamente ética e politicamente. Desta forma é possível compreender a educação inclusiva como uma atividade eminentemente ética e orientada a revestir um caráter individual, porém com vertente política e social.

Este movimento pode ser definido como Inclusão social, constituída como um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais. Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos independente de sua condição:

É uma atitude, um sistema de valores, de crenças, não uma ação nem um conjunto de ações. Centra-se, pois, em como apoiar as qualidades, e, as necessidades de cada aluno e de todos os alunos na comunidade escolar, para que se sintam bem-vindos e seguros e alcancem êxitos (ARNARAL. 1995, p. 27-28).

Deve-se entender que incluir quer dizer fazer parte, inserir, introduzir, portanto inclusão é o ato ou efeito de incluir. Assim, a inclusão social das pessoas com deficiências significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, do Estado e do Poder Público.

2.1 CONCEPÇÃO HISTÓRICA DA INCLUSÃO NO BRASIL

No decorrer da história da humanidade, pode-se observar que as concepções sobre a deficiência foram evoluindo “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram em diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001 d, p.25).

A ideia da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade no mundo social. Isto significa garantia do acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e grupos sociais. A busca por uma sociedade igualitária, de direitos iguais, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário.

Essa declaração representou um marco na história dos direitos e das garantias individuais e coletivas do homem no Brasil e no mundo. O que ficou ali tutelado foi adotado na condição de princípios fundamentais a serem considerados na elaboração da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal do Brasil assume como fundamental, dentre outros, o princípio da igualdade, quando reza no caput de seu artigo 5, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Em 1990, a Declaração Mundial sobre educação para todos já recomendava medidas que garantissem a igualdade de acesso à educação dos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. Mas foi em 1994, com a Declaração de Salamanca, na Espanha, que o projeto de escola inclusiva foi definitivo. Houve então uma mudança com consta nas Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), no Plano Nacional de Educação (2001) e nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001).

Fica claro que com essas leis os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser atendidos preferencialmente pelo ensino regular na rede pública.

2.2 ESCOLA INCLUSIVA

A inclusão pode ser entendida como um processo lento que acontece gradualmente, com avanços e retrocessos porque os seres humanos são de natureza complexa e com heranças antigas, possuem preconceitos e maneiras diferentes de entender o mundo o que dificulta a eliminação da exclusão e mesmo existindo leis contra a mesma, não são leis que vão mudar, de um dia para o outro, a mentalidade da sociedade assim como o seu preconceito.

Cada vez com maior clareza a Educação Geral considera a necessidade de que todos os alunos recebam uma educação de qualidade centrada na atenção das suas necessidades individuais. Objetivo que coincide plenamente com a finalidade da educação inclusiva, posto que reconhece a diversidade existente entre os alunos de uma classe, determinando que eles recebam uma educação de acordo com suas características, uma vez que incrementa as possibilidades de aprendizagem para todos.

A perspectiva da escola inclusiva é bem oposta à da escola tradicional e integrativa ao promover uma escola de sucesso para todos ao encarar os alunos como diferentes e necessitados de uma pedagogia diferenciada (PERRENOUD, 1996) e cumprindo o direito à plena participação de todos os alunos na escola regular.

Quando se diz que a escola inclusiva se dirige aos alunos diferentes, se deve compreender que não são só diferentes os alunos com uma condição de deficiência, porém sim, muitos outros alunos sem condição de deficiência identificada que limitam sua aprendizagem se não tiverem atenção particular ao seu processo de aprendizagem. Heward (2003) afirma que o fato dos alunos serem diferentes não implica que cada um tenha que aprender segundo uma metodologia diferente o funcionamento da escola, mas, significa, no entanto, que se não se proporcionar abordagens diferentes ao processo de aprendizagem se cria desigualdade para muitos alunos.

Geralmente é na escola que começam a surgir as primeiras suspeitas de algum diferente. Sabatella (2008, p. 138) afirma que:

É na escola que os alunos de grande potencial começam a ser informados sobre o rol de seus problemas, geralmente relativos a confrontar regras, aceitação de críticas, intensidade nas emoções, falta de interesse, Resistência para realizar tarefas rotineiras, dificuldades de relacionamento e de aprendizagem. Essa lista pode vim acompanhada dos qualificativos correspondentes de excessivamente sensível, exigente, impaciente, desatento, dispersivo, rebelde, agressivo, desinteressado e outros ainda mais contundentes. Aos poucos eles vão acreditando, reforçando e até assumindo como dificuldades as suas qualidades...

Felizmente, o desenvolvimento mundial e a globalização contribuem para que haja uma maior aceitação das diferenças devido ao aparecimento de novos pensamentos e mentalidades. Com o aparecimento do interesse pela educação nos países desenvolvidos surgiu o início do atendimento aos deficientes, bem como o aparecimento da educação especial destinada a um movimento de inclusão escolar e social. Assim a sociedade aprendeu a ser mais inclusiva compreensiva e solidária com a deficiência.

Um deficiente ou diferente, deve ser considerado um cidadão, isto é, um indivíduo que pode gozar dos seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais de uma sociedade assim como deve cumprir os seus deveres para com esta. Como cidadão deve ter dignidade, honra e ser respeitado por qualquer outro.

Pensar e idealizar o ambiente pedagógico perfeito baseado no preceito: “Uma escola para todos e para cada um” é um grande desafio a cumprir para a inclusão. Uma escola que acolhe as diferenças sem dificuldades, que colabora com a aprendizagem e que convive com as diferenças com tranquilidade será um bom princípio para combater a exclusão social. Dividir a escola em termos de alunos “normais” e alunos “deficientes” não é certamente um princípio inclusivo e o objetivo pretendido.

Com base na Legislação vigente pode-se constatar que a nossa realidade esta longe de ser igual ao que foi proposto na Declaração de Salamanca. A escola modelo não existe, e nem todos podem ter o mesmo acesso ao ensino regular que apresenta limitações ao atendimento destes alunos especiais.

Nenhum país alcança pleno desenvolvimento, se não garantir, a todos os cidadãos, em todas as etapas de sua existência, as condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica.

A educação tem, nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

Apesar das diversas ações políticas não é possível oferecer um ensino de qualidade para todos, independentes de suas diferenças e necessidades, precisa-se de um modelo educacional que possa ser coerente com a nossa realidade.

A escola é quem deve se adequar para receber esses alunos, e não os alunos a escola, por isso precisamos colocar em ação novos planejamentos escolares, assim como rever e adequar o papel da escola e do educador no seu ambiente de trabalho. A nossa sociedade definiu normas e padrões para todos os homens, e as pessoas com necessidades educacionais especiais frente a esta realidade, é discriminada e estigmatizada, havendo nos nossos dias ainda dificuldade de aceitação do diferente tanto na família como no meio social.

A direção de uma escola tem um papel fundamental na condução da prática educacional, tendo por horizonte os princípios, objetivos e metas estabelecidos no projeto político-pedagógico. A ela cabe promover a mobilização dos professores e funcionários e a constituição do grupo enquanto uma equipe que trabalhe cooperativa e eficientemente.

A direção de uma escola precisa ser dinâmica, comprometida e motivadora para a participação de todos os atores sociais. Ela necessita saber delegar poderes e estimular a autonomia, valorizando a atuação e a produção de cada um. Ela precisa ser uma figura presente, ponto de referência da personalidade e missão da escola. Precisa, também, ser respeitosa nas relações interpessoais, inclusive nas ocasiões em que tem que promover ajustes no percurso de cada agente.

Somente quando todos forem envolvidos na reflexão sobre o papel da escola, sobre a comunidade da qual se originam seus alunos, sobre as necessidades dessa comunidade, sobre os objetivos a serem alcançados por meio da ação educacional, a escola passa a ser sentida como ela realmente é: de todos e para todos.

Aí poderá se ter a escola inclusiva, que garante ensino significativo, acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados, qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação.

O caminho para termos uma sociedade incluída será, provavelmente, aprofundar a Educação Inclusiva apoiando todos os alunos com dificuldades, dando-lhes uma educação de qualidade num ambiente comunitário e diverso.

2.3 MÉTODOS DE TRABALHO E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

O conceito de Inclusão no âmbito da Educação implica em rejeitar, por princípio, a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam as contribuições de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e partilhado e desta forma atingir a qualidade acadêmica, social e cultural, sem discriminação.

A profissão de professor exige uma grande versatilidade dado que lhe é requisitada uma grande autonomia e seja capaz de delinear e desenvolver planos de intervenção em condições muito diferentes. Para desenvolver esta competência tão criativa e complexa não basta uma formação acadêmica; é necessária também uma formação profissional (CAMPOS, 2002).

Tem-se notado que a partir das políticas de inclusão há uma maior necessidade de preparação da comunidade acadêmica para receber estes alunos. Diante disso, qualificar o profissional no ensino superior, que ao longo de sua trajetória como docente poderá defrontar-se com um aluno que apresente alguma necessidade educacional especial exige uma preparação que vai além do conhecimento científico, que é indispensável, mas também, conforme Schön, (2000), existem zonas práticas indeterminadas, como por exemplo, incertezas, singularidades e conflitos de valores que fazem parte do cotidiano acadêmico, e que o professor deve enfrentar.

A escola modelo visada na Declaração de Salamanca, deve proporcionar formação continuada a todos os profissionais envolvidos no contexto educacional, pois eles precisam de suporte técnico – científico para refletir sobre prática educacional cotidiana, pois o professor necessita estar em constante aprendizado, sempre passando por reciclagem, palestras, para se tornar mais crítico e preparados para lidar com a diversidade encontrada na sala de aula.

É importante que o professor acolha todo aluno, independente de suas necessidades especiais, pois esse é o primeiro passo para promover o acesso curricular aos alunos com necessidades educativas especiais no contexto escolar. Cabe ao professor observar atentamente o seu aluno, a fim de identificar os conhecimentos de que já dispõem em relação com os conteúdos a serem trabalhados e quais adaptações curriculares serão necessárias para a ampliação e aquisição de novos conhecimentos, assim como usar a criatividade para criar diferentes maneiras de promover a aprendizagem de seus alunos e também promover os

ajustes necessários para atender às características específicas dos diferentes alunos em seu processo de aprender e construir conhecimento.

A maioria das instituições escolares está ou tem o conhecimento de como proceder para estar preparada no sentido de organização física, com fácil acesso aos ambientes, mas ainda falta o mais importante: a organização dos recursos humanos. Na realidade, ainda é possível encontrar professores que resistem trabalhar com alunos que apresentam algumas necessidades educacionais especiais, talvez devido à falta de conhecimento sobre as deficiências, possibilidades e habilidades dos alunos que tem alguma limitação ou até mesmo por temer expor sua fragilidade teórica ou seu despreparo psicológico.

No contexto da inclusão social, o professor terá que mostrar conhecimento em diferentes áreas, para que possa compreender onde e quais são as dificuldades do aluno. Para que a escola possa atender a todos, independentemente de suas limitações individuais, o professor deve estar em presente processo de aprendizagem, buscando novos conhecimentos, métodos de trabalhos e, sobretudo atento ao seu desenvolvimento pessoal.

Todos os alunos com necessidades especiais têm diferentes níveis de dificuldades na aprendizagem, mas com as adaptações curriculares como suporte ficou mais fácil trabalhar com esses alunos. Cada aluno que necessita de adaptações curriculares deve participar do processo de escolha e decisões junto com o professor. O desenvolvimento curricular no âmbito da resposta à diversidade e fundamenta-se na concepção de currículo como processo.

Pode-se perceber que para vencer o desafio da inclusão é necessário adquirir a consciência da importância do esforço de todos, incluindo a sociedade, professores e instituição educacional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os autores revisados entende-se que para compreender o comportamento de pessoas na sociedade, é necessário se concentrar na estrutura social, pois o fato fundamental é que seres humanos não vivem em isolamento, e sim associados a outros seres humanos.

Conclui-se que o processo de inclusão se concilia com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas, não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior: o que recai sobre o fator humano.

²⁶ Conhecimento Interativo, São José dos Pinhais, PR, v. 8, n. 2, p. 17-28, jul./dez. 2014.

A cultura brasileira tem uma experiência ainda pequena em relação à inclusão social, com pessoas que ainda criticam a igualdade de direitos e não querem cooperar com aqueles que fogem dos padrões de normalidade estabelecidos por um grupo que é a maioria. E diante dos olhos deles, também somos diferentes. E é bom lembrar que as diferenças se fazem iguais quando colocadas num grupo que as aceitem e as consideram, pois nos acrescentam valores morais e de respeito ao próximo, com todos tendo os mesmos direitos e recebendo as mesmas oportunidades diante da vida.

Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação, na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se efetivar os processos de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, a formação do pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias, enfim, uma sustentação aos que estarão diretamente implicados com as mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano.

Frente ao material analisado, percebe-se que a inclusão é fundamental para a construção de uma sociedade democrática. O respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades requer o movimento de incluir, que faz uma ruptura com o movimento da exclusão. Este debate vem sendo promovido há muito tempo por diferentes instâncias e países, incluindo o Brasil, portanto a inclusão é a garantia à todos do acesso contínuo ao espaço comum na vida em sociedade, que deverá estar organizada e orientada, respeitando a diversidade humana, as diferenças individuais, promovendo igualdade de oportunidades de desenvolvimento para toda a vida.

A escola é um sistema dinâmico que não para nunca, por isso as pessoas precisam acompanhar este movimento. O professor-educador deve conhecer cada um de seus alunos, aprender sobre a personalidade e clima de sua turma, entender sobre as relações de poder dentro da sala de aula, sobre as experiências, os interesses e os conflitos subjacentes às relações humanas que permeiam a convivência.

Neste ambiente educacional inclusivo com uma filosofia participativa e democrática, a criança, o adolescente e o adulto serão considerados seres humanos em sua integralidade. Assim, não se pode pensar em inclusão sem atingir o conceito dos processos exclusionários,

tão inerentes à vida em sociedade. Reconhecer a exclusão, seja ela de qualquer natureza e tome a forma que tomar, constitui-se como o primeiro passo para o movimento em direção à inclusão na sala de aula, na escola, na família, na comunidade ou na sociedade.

Apesar de todo o material já publicado acerca do assunto, fica aqui a percepção de que muito ainda se deve pesquisar e que o caminho para a inclusão social no processo pedagógico ser uma realidade ainda é bastante longo.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robel, 1995.
- ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, Brasília, 1996.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. Brasília, 2004.
- CAMPOS, B.P. **Políticas de Formação de Profissionais de Ensino em Escolas Autônomas**. Porto: Edições Afrontamento, 2002
- CURY. C.R.J. (Org). LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB – **Lei 9.394 de 1996**. Rio de Janeiro: DPA, 2001
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1996. 159p.
- HEWARD, W. “Ten Faulty Notions About Teaching and Learning That Hinder the Effectiveness of Special Education”. *The Journal of Special Education*, 36 (4), 186-205, 2003.
- LEAL, Daniela. **Dificuldades de aprendizagem**. Curitiba: Editora IBPEX, 2011.
- PERRENOUD, P. A prática reflexiva e o ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica In: **Saber refletir sobre a própria prática**: objetivo central da formação de professores. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002.
- RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2007.
- WERNECK, Claudia. **Sociedade inclusiva**: quem cabe no seu todo? Rio de Janeiro: WVA, 1999.